Educação Sexual como Estratégia de Prevenção da Violência contra Crianças: análise qualitativa de uma intervenção com estudantes de Medicina

Luciana Cristina Calza de CARVALHO
Josué Aparecido Alves PINTO JÚNIOR
Maria Sylvia Celli ROGÉRIO
Andreza Marques de Castro LEÃO

Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho

Eixo 10

luciana.calza@unesp.br

Resumo

A educação sexual constitui importante estratégia para a prevenção da violência sexual infantil e para a formação de profissionais da saúde. Este estudo objetivou analisar as percepções de estudantes de Medicina e membros da IFMSA Brasil sobre uma intervenção formativa voltada à educação sexual, realizada no projeto *ABC do Saber* com crianças da rede municipal de Catanduva (SP). Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva. Os dados foram produzidos por meio de um questionário *online* composto por três questões abertas e interpretados à luz do referencial praxiológico de Pierre Bourdieu. Os resultados evidenciaram que a formação contribuiu para a ampliação dos conhecimentos acerca da prevenção da violência sexual infantil, do acolhimento às vítimas e do uso de estratégias didáticas para abordar o tema com crianças, além de favorecer reflexões sobre a futura atuação profissional. A análise indicou processos de incorporação de novos conhecimentos e disposições relacionados à prática preventiva, compreendidos à luz dos conceitos de habitus e capital cultural. Depreende-se que intervenções formativas dessa natureza fortalecem a preparação de futuros profissionais para atuar de forma ética, preventiva e comprometida com a proteção integral de crianças e adolescentes.
Palavras-chave: Educação sexual. Violência contra criança. ABC do Saber.

1. Introdução

Muitas vezes, quando alguém não entende um assunto, pede para que o outro explique “como se tivesse dez anos”. Essa frase mostra o quanto reconhecemos que as crianças ainda não possuem maturidade suficiente para compreender temas complexos. A infância e a adolescência são etapas em que aspectos cognitivos, emocionais e sociais ainda estão em formação. Quando esse processo é interrompido, dentre outras razões, por situações de violência sexual, as consequências podem ser devastadoras para a vida da criança ou do adolescente, comprometendo tanto sua saúde quanto o seu desenvolvimento integral.

Apesar dos avanços trazidos pela legislação brasileira, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que garante a proteção integral, ainda é urgente ampliar a conscientização sobre esse tema, uma vez que é por meio da informação e da visibilidade que se torna possível reduzir os casos e fortalecer uma rede de cuidado e de denúncia.

A violência sexual trata-se, segundo Mastroianni e Leão (2023), de toda ação que obriga uma pessoa a manter contato sexual, físico ou verbal, ou a participar de relações sexuais, no casamento ou em outros relacionamentos, mediante força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal.

Quando essa violência se volta contra crianças e adolescentes, sua dimensão torna-se ainda mais grave, pois, como apontam Pelisoli, Dobke e Dell'Aglio (2014), o consentimento não pode ser considerado legítimo devido à relação assimétrica entre vítima e agressor. Uma diferença de cinco anos de idade já configura violência, pois a criança ou o adolescente não possui discernimento sexual suficiente para consentir de forma livre e consciente.

A gravidade desse fenômeno torna-se ainda mais evidente quando se observa alguns dados: de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2025), somente em 2024 foram registrados 87.545 casos de estupro e estupro de vulnerável, o maior número da série história desde 2011, o que corresponde, em média, a uma vítima a cada seis minutos. Ainda assim, esses números não representam integralmente a realidade brasileira. Conforme o Mapa Nacional da Violência de Gênero (2024), a subnotificação dos casos de violência doméstica pode chegar a 61%. Esse cenário torna-se ainda mais preocupante quando envolvem meninos, já que questões de gênero ainda silenciam as vítimas, como apontam Ferreira *et al.* (2023)

Nesse contexto, torna-se evidente que o enfrentamento da violência sexual não depende exclusivamente de mecanismos legais ou da responsabilização dos agressores. A prevenção exige ações permanentes de informação, ainda mais quando a violência sexual está, na maioria das vezes, ligada ao ambiente intrafamiliar, o que dificulta tanto a descoberta quanto a denúncia, já que o agressor frequentemente é alguém do círculo de confiança, alguém que dificilmente é visto como um suspeito, como o pai, padrasto, irmão, avô, tio ou outra figura próxima à criança. Esses agressores, no geral, são abusadores que podem violentar infindáveis grupos vulneráveis.

Existe também o pedófilo, caracterizado por uma parafilia em que desejos, fantasias ou comportamentos sexuais recorrentes estão direcionados à crianças e

adolescentes, causando sofrimento e prejuízo significativo. (Williams, 2012). No entanto, Vicente, Zuin e Leão (2021) apontam que a maioria dos casos não são cometidos por pedófilos,

> [...] a explicação para esses casos é a de que o fator desencadeador desse desejo e a preferência erótica emergem em decorrência do consumo de álcool e drogas, além de privação sexual, problemas conjugais, problemas psiquiátricos, impulsividade ou conveniência (criança por perto). (Vicente, Zuin, Leão, 2021, p. 259).

Sendo assim, conforme defendem Pelisoli e Piccoloto (2010), estratégias preventivas desenvolvidas em diferentes espaços sociais contribuem para ampliar a capacidade de reconhecimento dos sinais de violência, favorecer o acolhimento das vítimas e fortalecer as redes de proteção, já que “crianças desinformadas são presas fáceis de pedófilos e exploradores sexuais.” (Leão, Ribeiro, 2013).

É nesse cenário que a intervenção desenvolvida com alunos de Medicina da IFMSA, objeto do presente trabalho, insere-se como ação significativa, na medida em que busca preparar estudantes para dialogar com crianças de forma responsável, ética e informada, a fim de colaborar com a prevenção da violência sexual.

Assim, o presente artigo teve por objetivo analisar as percepções de estudantes de Medicina acerca da formação em educação sexual para prevenção da violência sexual infantil. Para isso, buscou-se: a) Identificar opiniões manifestas dos alunos e compreender os aprendizados adquiridos após a intervenção; b) Verificar sentimentos e reflexões mobilizadas durante a atividade e c) Avaliar quais conhecimentos e práticas os estudantes consideram aplicar em ações futuras.

Como lembra Saviani (2013), a educação é sempre prática social intencional, e, quando orientada por finalidades emancipatórias, pode contribuir para transformar realidades historicamente marcadas por opressão e exclusão. É nessa perspectiva, portanto, que se pretende analisar a intervenção realizada, compreendendo seus alcances, limites e potenciais para a formação de futuros profissionais e para a proteção da infância.

3. Método

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa de natureza descritiva realizada a partir das percepções de estudantes participantes de uma intervenção formativa, onde participaram estudantes de Medicina vinculados à IFMSA Brasil para atuação no projeto “*ABC do Saber”.* A intervenção teve como propósito preparar os participantes para desenvolver ações de educação sexual com crianças da rede

municipal de ensino em Catanduva, contemplando aspectos relacionados à prevenção da violência sexual infantil.

Participaram da formação aproximadamente 50 estudantes de diferentes períodos do curso de Medicina. Após a realização da intervenção, foi disponibilizado um questionário *online*, elaborado no *Google Forms*, composto por três perguntas abertas, cujo objetivo foi compreender como os participantes significaram a experiência vivenciada, quais aprendizagens destacaram e de que maneira acreditavam que os conhecimentos adquiridos poderiam repercutir em futuras práticas profissionais.

A utilização do questionário *online* favoreceu o registro espontâneo das percepções dos participantes, reduzindo interferências do pesquisador durante o processo de coleta (Bastos *et al*., 2023).

A interpretação das respostas foi realizada por meio de uma leitura compreensiva e interpretativa dos relatos produzidos pelos participantes, buscando apreender os sentidos atribuídos à experiência formativa. Inicialmente, procedeu-se à leitura integral das respostas, seguida da identificação de aspectos recorrentes relacionados às aprendizagens construídas, às percepções sobre a intervenção e às possibilidades de aplicação dos conhecimentos adquiridos na futura prática profissional. Esses elementos foram analisados de forma articulada, sem a constituição de categorias analíticas rígidas, privilegiando a compreensão do conjunto das narrativas.

Assim, a análise fundamentou-se no referencial praxiológico de Bourdieu, compreendendo que as práticas e os discursos dos participantes são produzidos a partir de disposições socialmente construídas ao longo de suas trajetórias. Logo, as respostas não foram compreendidas apenas como opiniões individuais, mas como expressões do *habitus* e do capital cultural mobilizados durante o processo formativo.

Nessa perspectiva, buscou-se analisar de que maneira a intervenção favoreceu a incorporação de novos conhecimentos, disposições e formas de atuação relacionadas à prevenção da violência sexual infantil.

4. A intervenção

No dia 15 de setembro de 2025, às 11h00, no Centro Universitário Padre Albino na cidade de Catanduva, estado de São Paulo, conforme solicitação dos alunos do curso de graduação de Medicina e participantes da IFMSA Brasil, foi realizado o convite para capacitar os alunos a utilizar o “semáforo das emoções” em uma ação que seria realizado nos dias 16 e 17 de setembro nas escolas municipais da cidade de

Catanduva, no período da tarde, com crianças de 5 até 10 anos que participam do projeto ABC do saber.

A capacitação aconteceu das 11h00 às 12h00 e participaram cerca de 50 alunos, do 1º ao 6º ano de medicina. O treinamento começou conceituando o que é educação sexual formal, não formal e informal. Posteriormente enfatizou-se as formas de trabalhar o tema sobre educação sexual com crianças. Ademais, foi compartilhado os índices recentes sobre a violência sexual infantil e o local de prevalência, além de ser trazido a diferença entre abusador e pedófilo, finalizando com orientações sobre como acolher uma criança que se autodeclara vítima de violência, além de exaltar os órgãos de proteção que precisam ser notificados. O encerramento do treinamento foi aberto para perguntas.

Os alunos, durante o treinamento, se mostraram bastante apreensivos sobre como interagir com crianças e como se comportar sobre um assunto tão delicado. Foi possível observar que os alunos presentes se sentiam distantes do universo infantil e de formas de proporcionar ensino-aprendizagem diante de crianças pré-escolares, principalmente.

5. Os resultados da intervenção

O primeiro aspecto analisado refere-se aos conhecimentos que os estudantes afirmaram ter construído ao longo da formação. Mais do que identificar quais conteúdos eram desconhecidos anteriormente, interessa compreender de que maneira a intervenção contribuiu para ampliar a percepção dos participantes sobre a violência sexual infantil, seus mecanismos de prevenção e o papel dos profissionais da saúde nesse processo.

Para facilitar a apreciação, as respostas foram organizadas na tabela 1.

Tabela 1. Novos conceitos internalizados

O que vocês aprenderam de novo na aula sobre educação sexual?
1. A forma como abordar uma situação da melhor forma
2. Alguns conceitos novos, como falar sobre segredo bom e ruim na visão da psicologia, que pode ajudar muito na formação médica. Questão da diferente entre abusador e pedófilo
3. A diferença entre pedofilia e abuso sexual, quais medidas devem ser tomadas em casos de violência e sobre a importância de enfatizar que existem tipos diferentes de segredos e como isso pode influenciar a percepção das crianças vítimas sobre o tema.

4. Aprendi como acolher a criança
5. A maneira como lidar com as crianças, gostei mt da ideia do “segredo bom e segredo ruim”

Fonte: autoria própria.

Os relatos evidenciam que a intervenção extrapolou a simples transmissão de informações. Em diferentes respostas, observa-se que os estudantes passaram a reconhecer a complexidade da violência sexual infantil, compreenderam melhor os sinais que podem indicar situações de abuso e ampliaram sua percepção acerca da importância da prevenção e da atuação interprofissional.

Sob a perspectiva da praxiologia de Pierre Bourdieu (2007), esses elementos podem ser lidos à luz do conceito de capital cultural, sobretudo na sua forma incorporada.

Segundo Bourdieu (1979/2007), o capital cultural pode manifestar-se em três estados: o incorporado (às disposições duráveis que se fazem parte do sujeito), o objetivado (bens culturais, produtos materiais simbólicos) e o institucionalizado (como diplomas e certificações). (Nogueira, 2021).

No caso das respostas, o que foi aprendido se expressa, principalmente, como capital cultural incorporado, uma vez que os participantes internalizam conceitos, mudam posturas, adquirem saberes e modos de agir. Isso se manifesta em frases como “aprendi como acolher a criança”, “gostei muito da ideia do ‘segredo bom e segredo ruim’”. Essa incorporação exige tempo, envolvimento pessoal e reflexão. Conforme Bourdieu, esse capital não se transmite instantaneamente, mas é construído através da experiência e da prática. (Piotto; Nogueira, 2021).

Há também indícios de capital cultural objetivado: os conceitos mesmos, como “pedofilia vs. abuso sexual”, “segredo bom/ruim”, funcionam como bens simbólicos, parte de um repertório cultural que pode ser compartilhado, discutido, mediatizado. Embora não haja menção de materiais específicos (livros, recursos didáticos), os conceitos funcionam como objetos simbólicos que os cursistas agora “possuem” como parte do seu repertório.

Esse resultado reforça o que aponta Leão (2022), sobre a importância da formação de docentes acerca da temática, lembrando que muitas vezes faltam disciplinas nas universidades que discutem acerca da educação sexual, seja na formação inicial ou continuada. Essa lacuna compromete a preparação de profissionais que poderiam contribuir de forma decisiva na prevenção.

Por fim, outro ponto relevante, é acerca de autores que tratam de educação

sexual que indicam que aprender conceitos precisos contribui para o empoderamento e prevenção. Por exemplo, em estudos sobre educação sexual nas escolas como elemento de proteção contra abuso sexual familiar, os autores mostram que tais aprendizagens (sobre limites, reconhecimento de abuso) fortalecem a capacidade de crianças e profissionais de identificar e intervir em situações de risco (Gonçalves; Lamas, 2025).

Além das aprendizagens construídas, buscou-se compreender como os participantes significaram a experiência vivenciada durante a capacitação, as respostas são apresentadas na tabela 2.

Tabela 2. A experiência prática

Em um parágrafo, relate como foi a intervenção na escola?
1. A intervenção foi muito didática e as crianças compreenderam de forma clara as informações.
2. Achei um desafio, uma vez que não tenho facilidade em conversar com crianças. Mas foi muito bom colocar em prática e poder ajudar.
3. Foi muito interessante e dinâmica. Acredito que ainda há espaço para novas intervenções, talvez em um ambiente mais controlado e com menos alunos de uma só vez. No geral, acredito que as crianças entenderam bem a ideia principal do projeto.
4. As crianças gostaram da atividade, mas não sei se conseguiram entender a complexidade da atividade, penso que talvez encaram como mais uma atividade diferente na escola.
5. Foi muito legal, as crianças colaboraram muito, discutimos sobre o toque e eles tinham bastante noção sobre os lugares que podiam ou não

Fonte: autoria própria

Diversos estudantes destacaram sentir-se mais preparados para abordar o tema, compreenderam a importância da escuta qualificada e reconheceram que o enfrentamento da violência sexual infantil exige atuação ética, interdisciplinar e comprometida com a proteção das vítimas.

Sob a perspectiva de Bourdieu (2007), tais experiências podem ser compreendidas a partir dos conceitos de *habitus*, campo e capital cultural. O *habitus*, como um sistema de disposições incorporadas, que orienta percepções e práticas, manifesta-se nas falas dos participantes quando relatam insegurança ao dialogar com crianças ou quando afirmam ter conseguido transmitir de forma clara os conteúdos. Sob a perspectiva bourdieusiana, esse processo pode ser entendido como a incorporação gradual de novas disposições que passam a orientar futuras práticas

profissionais.

O campo escolar funciona, nesse contexto, como espaço de disputas simbólicas, no qual são definidas regras implícitas de legitimidade. (Bourdieu, 2021). A percepção de que as crianças “entenderam bem a ideia principal” ou, ao contrário, que “não compreenderam a complexidade da atividade” demonstra como o capital cultural dos cursistas foi constantemente testado frente às expectativas.

Além disso, nota-se a expansão do capital cultural incorporado dos cursistas, que passam a desenvolver habilidades comunicativas, didáticas e reflexivas ao avaliar os limites e as potencialidades da intervenção. Conforme Carmignolli, Muzzeti e Micheleti (2020), a formação docente favorece a ampliação do capital cultural e contribui para a constituição e reestruturação do habitus professoral, influenciando as práticas pedagógicas e a forma como os sujeitos mobilizam seus conhecimentos. Assim, ao relatarem que a atividade foi "muito interessante e dinâmica" ou que representou "um desafio", os participantes expressam não apenas uma vivência pontual, mas também a incorporação de novos esquemas de percepção e ação que poderão ser mobilizados em contextos profissionais futuros.

Ao reconhecer os limites e propor ajustes, os cursistas demonstram reflexividade, aspecto central para a ressignificação de seu capital cultural e para a transformação de seu *habitus*, confirmando a educação como espaço de produção e reprodução simbólica. (Bourdieu; Passeron, 2023).

O terceiro aspecto analisado refere-se às possibilidades de aplicação dos conhecimentos construídos durante a intervenção. As respostas obtidas são apresentadas na tabela 3.

Tabela 3. O uso futuro do aprendido

O que levarão do treinamento para suas futuras intervenções?
1. Quando houver uma situação, de fato, é necessário intervir de uma forma não agressiva e explícita.
2. Como abordar e falar do assunto
3. Como abordar o tema de maneira lúdica, deixando claro para as crianças, de uma forma que elas compreendam, porque e o que é errado.
4. Como abordar assuntos delicados com crianças
5. A maneira didática de como abordar o assunto de um jeito mais prático, com exemplos

Fonte: autoria própria

O terceiro conjunto de relatos permite compreender como os estudantes projetam a utilização dos conhecimentos adquiridos em sua futura atuação profissional. Mais do que expressar intenções individuais, essas respostas indicam possibilidades de transformação das práticas relacionadas à prevenção da violência sexual infantil.

Ao relatar que aprenderam “como abordar assuntos delicados com crianças” ou “como falar do assunto de forma prática”, os cursistas mostram que o treinamento não apenas transmitiu conteúdo, mas promoveu transformação nas disposições do agente, reforçando o caráter incorporado do capital cultural.

Além disso, observa-se a dimensão do capital cultural institucionalizado. Ao participar do curso e consolidar essas aprendizagens, os educadores ampliem seus repertórios e metodologias, fortalecendo sua legitimidade profissional e acumulando recursos simbólicos que podem ser reconhecidos no campo escolar e acadêmico (Bourdieu, 2007). Assim, quando os participantes afirmam sentir-se mais preparados para abordar a temática ou reconhecer sinais de violência, não se trata apenas da aquisição de conhecimento, mas da constituição de novas formas de agir diante da realidade social.

O relato das estratégias lúdicas e didáticas indica também a importância do capital cultural objetivado, pois os conceitos e métodos aprendidos funcionam como ferramentas simbólicas que podem ser aplicadas, compartilhadas e transmitidas em diferentes contextos (Bourdieu, 2021). Assim, os cursistas não apenas absorvem saberes, mas transformam o treinamento em repertório ativo, capaz de orientar suas futuras intervenções de forma ética e eficaz.

Consideradas em conjunto, as respostas evidenciam que a intervenção extrapolou a transmissão de informações sobre violência sexual infantil. A experiência favoreceu processos de reflexão, sensibilização e construção de novas disposições para a atuação profissional, demonstrando o potencial de ações formativas desenvolvidas de maneira interdisciplinar. Sob a perspectiva praxiológica de Pierre Bourdieu, esses resultados permitem compreender que a formação não modifica apenas o conhecimento declarado pelos participantes, mas também influencia esquemas de percepção e de ação que poderão orientar suas práticas futuras.

6. Considerações Finais

A experiência de capacitação dos estudantes de Medicina da IFMSA para atuarem no projeto “ABC do Saber” mostrou o quanto conhecer sobre educação sexual é essencial quando se trata da proteção de crianças e adolescentes. A experiência formativa favoreceu a incorporação de novas disposições para agir diante

de situações relacionadas à violência sexual infantil. Sob a perspectiva praxiológica, essas mudanças não representam apenas aquisição de informações, mas a possibilidade de transformação das práticas futuras dos participantes, uma vez que novos esquemas de percepção passam a integrar seu habitus profissional.

Preparar estudantes de Medicina para estarem em contato com o ambiente escolar é, antes de tudo, ampliar o olhar desses futuros profissionais sobre as realidades sociais. Como defendem Leão e Ribeiro (2013), enfrentar a violência sexual exige articulação entre diferentes áreas do saber e compromisso coletivo com a proteção da infância. A aproximação entre universidade, escola e serviços de saúde evidencia que a prevenção da violência sexual infantil demanda atuação articulada entre diferentes campos sociais. Ao preparar futuros profissionais da saúde para olhar com sensibilidade para a infância e atuar de forma preventiva, reafirma-se o papel da educação e da universidade como espaços de transformação. A luta contra a violência sexual infantil exige preparo, empatia e compromisso coletivo e ações como esta são passos concretos na construção de uma sociedade mais justa e informada.

Referências

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2022. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. Brasil, 2022. 516 p. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica/ Acesso em: 17 de mar. 2025.

BASTOS, J. E. S.; SOUSA, J. M. J.; SILVA, P. M. N.; AQUINO, R. L.; O Uso do Questionário como Ferramenta Metodológica: potencialidades e desafios, **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 5, n. 3, p. 623-636, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.36557/2674-8169.2023v5n3p623-636. Acesso em: 20 set. 2025

Bourdieu, P. (1979/2007). **A distinção: crítica social do julgamento** (D. Kern & G. J. F. Teixeira, Trads.). EDUSP; Zouk.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Lisboa: **Edições 70**, 2021.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J.-C.; A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Tradução de Reynaldo Bairão. 7. ed. Petrópolis: **Vozes**, 2023. ISBN 978-85-326-6563-8.

BRASIL. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.** Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069compilado.htm. Acesso em: 21 jul. 2026.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/696197/Estatuto_crianca_adolescente_8ed_2025.pdf. Acesso em: 20 jul. 2026. - **acho que tem que retirar pq está igual a referencia de cima.**

BRASIL. Senado Federal. *Mapa Nacional da Violência de Gênero: subnotificações*. Brasília, DF: DataSenado, 2024. Disponível em: https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/mapadaviolencia/#/inicio. Acesso em: 10 maio 2026.

CARMIGNOLLI, A. O. L.; MUZZETI, L. R; MICHELETTI, L. I. S; A influência do capital cultural na formação docente. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, v. 22, n. 1, p. 225–232, jan./jun. 2020. DOI: https://doi.org/10.30715/doxa.v22i1.13694. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/13694. Acesso em: 21 jul. 2026.

FERREIRA, D. G.; BORTOLI, M. C.; PEXE-MACHADO, P.; SAGGESE, G. S. R.; VERAS, M. A. **Violência sexual contra homens no Brasil: subnotificação, prevalência e fatores associados**. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 57, p. 23, 2023. DOI: https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2023057004523. Disponível em: https://revistas.usp.br/rsp/article/view/211190. Acesso em: 21 jul. 2026.

GONÇALVES, K. S.; LAMAS, L. P. A.; Sexual Education in schools as protective element against child sexual abuse within the family, **Revista Multidiciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 11, n. 1, p. 1-15, 2025. Disponível em: https://doi.org/10.61164/rmnm.v11i1.4096. Acesso em: 04 out. 2025.

MASTROIANNI, F. C. DE; LEÃO, A. M. C. DE; Violência sexual infantojuvenil, entre proteger e responsabilizar: limites e alcances da Lei do Depoimento Especial. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2023.

LEÃO, A. M. C.; RIBEIRO, P. R. M. Curso de formação inicial em sexualidade: relato de uma proposta interventiva. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 8, n. 3, p. 609-638, 2013. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/125364. Acesso em: 10 maio de 2022.

LEÃO, A. M. C.; SILVA, R. A. **Ações de Prevenção à Violência Sexual Infantojuvenil: analisando a formação e informação da (o) profissional da educação e fundamental.** Tese de livre docência. Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Unesp, 2022.

NOGUEIRA, M. A.; O Capital Cultural e a produção das desigualdades escolares contemporâneas, **Teoria, Métodos, Pesquisa Educacional**, v. 51, p. 1-13, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/198053147468. Acesso em: 04 out. 2025.

PELISOLI, C.; DOBKE, V.; DELL'AGLIO, D. D. **Depoimento Especial: Para Além do Embate e pela Proteção das Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Sexual**.Trends in Psychology/Temas em Psicologia. Vol. 22, nº 1, 25-38, 2014. DOI: 10.9788/TP2014.1-03.

PELISOLI, C.; PICCOLOTO, L. B. Prevenção o abuso sexual infantil: estratégias cognitivo-comportamentiais na escola, na família e na comunidade. Rev. bras. ter. cogn. [online]. 2010, vol.6, n.1, pp. 108-137.

PIOTTO, D. C.; NOGUEIRA, M. A.; Um balanço do conceito de capital cultural: contribuições para a pesquisa em educação, **Educação e Pesquisa**, v. 47, p. 1-35, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1517-97022021470100302. Acesso em: 04 out. 2025.

SAVIANI, D. **Educação: do senso comum à consciência filosófica.** 23. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SENADO FEDERAL. Observatório da Mulher contra a Violência. *Mapa Nacional da Violência de Gênero*. Brasília, DF: Senado Federal, 2024. Disponível em: https://www.senado.leg.br/institucional/datasenado/mapadaviolencia/. Acesso em: 21 jul. 2026.

VICENTE, A. R.; ZUIN, L. F. LEÃO, A. M. C. Violência sexual infantojuvenil e os indicadores de gênero. **Ensino & Pesquisa**, União da Vitória, v. 19, n. 3, p. 254-268, dez. 2021. DOI: 10.33871/23594381.2021.19.3.254-268.

WILLIAMS, L. C. A. **Pedofilia: identificar e prevenir.** 1ª Edição. ed: Brasiliense: São Paulo. 2012.